


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1007148-11.2014.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Creuza Aparecida de Almeida**, brasileira, viúva, empregada doméstica, RG 14.142.047-9-SSP/SP, CPF 058.922.438-77, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Antonio Paschoal, nº 1.433, Romeu Tortorelli, CEP 13.562-502.
 Requerida : **Maria Rodrigues de Almeida**, RG 36.877.229-9-SSP/SP, CPF 385.448.038-57, nascida em Dourado/SP aos 06/07/1929, filha de Lothero Rodrigues e de Maria Pinto, falecida em 17/09/2013.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

A requerente pretende a expedição de alvará judicial para sacar no INSS resíduo creditório previdenciário e saldo em conta poupança no Banco do Brasil S/A, ativos financeiros esses deixados em decorrência do passamento de sua genitora requerida. Exibiu certidão de óbito. Mandato a fl. 05. Documentos diversos às fls. 06/13.

É o relatório. Fundamento e decido.

Observo que este procedimento de alvará está no arquivo provisório desde 2014. Os valores a serem levantados são simbólicos. Pelas características do procedimento, cujo objetivo é o de regularizar pendências insignificantes sobre o prisma pecuniário, mas de alta relevância para a requerente em decorrência dos elevados gastos médicos (fl. 02) que destinara ao tratamento de saúde de sua genitora, e despesas subsequentes com os funerais desta, ainda pendentes de pagamento. Impõe-se sua imediata apreciação. O arrolamento será provocado oportunamente pelos motivos a serem deduzidos no decorrer da fundamentação desta sentença.

A legitimidade da requerente pleitear o levantamento do resíduo do crédito previdenciário decorre do passamento de sua genitora Maria Rodrigues de Almeida, ocorrido em 17/09/2013, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fl. 07), e nela consta que a falecida era viúva, deixou bens, mas não deixou testamento conhecido.

A requerente é filha, portanto, herdeira necessária e hábil a pleitear esses saques (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil). Na certidão de óbito consta ainda que a falecida deixou outras duas filhas (uma delas premorta): Sônia Maria de Almeida e Maria José, esta falecida. Não foi exibida nos autos declaração da coerdeira "Sônia Maria" anuindo ao pedido,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

nem a certidão de óbito de "Maria José" para verificar se deixou herdeiro por representação. A questão se resolve pelas disposições atinentes ao direito hereditário. A requerente ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesses ativos financeiros, de acordo com o artigo 272, do CC, sob as penas da Lei, isso depois de satisfeitos os pagamentos das pendências mencionadas.

À fls. 02 e fls. 28/29 a requerente informa que o único bem deixado pela falecida foi um imóvel o qual será objeto de inventário oportunamente, uma vez que não tem condições financeiras de arcar com seus custos, mesmo que beneficiada pela gratuidade. É empregada doméstica, recebe um salário mínimo, e seus filhos também não têm condições de auxiliá-la. Posteriormente, o imóvel será partilhado em regular inventário.

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder ALVARÁ para que o **Espólio da requerida Maria Rodrigues de Almeida**, a ser representado pela requerente Creuza Aparecida de Almeida (supraqualificados), possa: **a) sacar** no INSS o valor do resíduo de crédito do benefício (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional); **b) sacar** o saldo existente na conta poupança nº 14.098-8, da agência 6509-9 do Banco do Brasil S/A, ambos em nome da falecida. A autorizada poderá receber e dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desses objetivos, inclusive encerrar mencionada conta poupança. **O Banco deverá entregar à autorizada cópia do termo de encerramento da conta.** Prazo: 120 dias. Concedo à requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Esta sentença valerá como instrumento de ALVARÁ para os fins aqui expressos, devendo o INSS lhe dar pleno atendimento. Compete aos advogados da requerente materializar esta sentença/alvarás assim que publicada nos autos.

A requerente ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesses ativos financeiros, de acordo com o artigo 272, do CC, sem prejuízo de, primeiramente, utilizá-los na amortização dos débitos acima apontados.

P. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 25 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760